



Editorial

O Dossiê temático sobre *Políticas da Educação Superior* contribui com artigos que ilustram diferentes perspectivas do contexto acadêmico contemporâneo e que se apresentam como desafios para professores e pesquisadores. Entre os estudos, observa-se aqueles sobre a defesa da democratização do acesso, que se generalizou como direito de cidadania, favoreceu a ampliação da oferta de vagas, assim como a criação dos institutos federais, sem, contudo, superar a elitização deste nível de ensino no país. Debates sobre a qualidade da educação superior têm permeado vários estudos muitas vezes, no entanto, vinculados ao Sistema Nacional de Avaliação que não tem favorecido mudanças nas políticas e nas práticas. Outra temática importante é a formação de professores da educação básica e os estudos sobre o currículo, que traduzem diferentes concepções existentes sobre o processo de formação. Observamos, ainda, estudos relacionados à defesa de maior inserção internacional e à busca de *rankings* internacionais, além de incentivo à educação a distância, evidenciando diferentes aspectos que vêm impactando a educação superior. Os artigos que compõem este dossiê representam estas diferentes temáticas e têm o propósito de contribuir com o debate sobre a educação superior.

Para abrir a seção destinada ao “Dossiê sobre Políticas de Educação Superior” a Revista contempla um artigo de Leandro Turmena e Mario Luiz Neves de Azevedo com a discussão sobre, *A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão*. Os autores analisam a implantação dos Institutos Federais (IFs) durante o governo Lula, contemplando a historicidade e a configuração deste processo. Consideram a criação dos IFs como uma possibilidade de expansão da oferta da educação pública e concluem, “mesmo que inseridos nos limites da sociedade de classes, [os institutos] tem

potencial para formação e desenvolvimento de ‘intelectuais orgânicos’ comprometidos com a superação das relações sociais capitalistas”.

A educação a distância é o tema de Claudio Rama que discute a *La tercera generación de regulaciones de la educación superior a distancia en América Latina*, desenvolvidos desde 2010. O autor busca realizar um estudo comparativo para identificar as tendências dos marcos regulatórios da educação a distância entre os países do Equador, Argentina, Peru, Brasil, Paraguai, Costa Rica e El Salvador. Demonstra como se encontra na atualidade a educação a distância, que vem se intensificando mediante o uso de multimodalidades que são favorecidas pelos atuais marcos normativos. No entanto, evidencia diferenças de oferta dos países que seguem caminhos diferenciados e indicam avanços e retrocessos. Considera que novos marcos regulatórios de educação a distância de terceira geração serão cada vez mais utilizados.

Armando Gonçalves e Adolfo Ignacio Calderón analisam os *Academic rankings in higher education: trends of international scientific literature*, investigando na literatura o estado da questão sobre a temática em 23 estudos internacionais, publicados a partir de 2010 a partir dos descritores: “*Times Higher Education rankings*”, “*The Times rankings*”, e “*The Times rankings*”. Utilizam como estratégia de pesquisa o *estado da questão* que busca identificar o estado da ciência em um tema específico. Neste estudo foi utilizado como parâmetro temático: “as implicações dos rankings acadêmicos na educação superior”. O estudo realizado revela um contexto de complexidade e pluralidade de perspectivas a respeito do fenômeno objeto de estudo. As implicações dos rankings acadêmicos globais na educação superior são identificadas pelos autores considerando as diferentes perspectivas encontradas.

O estudo *Políticas Educacionais para a educação superior e os dilemas das licenciaturas: questões curriculares*, das autoras Neide Cavalcante Guedes e Rita de Cássia Prazeres Frangella trata das políticas curriculares como políticas “discursivas, enunciações culturais” que permitem compreender as relações de poder que se constituem na formação de professores, o que coloca a questão curricular como central para entender as

“relações entre poder/saber/subjetividades”. Criticam a dicotomia entre uma formação centrada no fazer docente e uma outra que idealiza uma formação centrada no saber, prejudicando o processo formativo e para o qual propõem políticas mais flexíveis, de forma a levar em conta o contexto de atuação dos professores que vem sofrendo os impactos no cotidiano das escolas.

Sob a autoria de Ana Maria Eyng, Marizete Santana dos Santos e Paulinho Vogel, se questiona neste artigo a efetivação da educação em direitos humanos. Com o tema *Interfaces curriculares na graduação para efetivação da educação em direitos humanos*. Os autores desenvolveram uma pesquisa com estudantes de educação superior, utilizando a Técnica *Delphi*, um procedimento de investigação que viabiliza o diálogo entre o conhecimento dos sujeitos. Consideram que a previsão de garantia de direitos humanos e a inserção da educação em direitos humanos nos projetos pedagógicos dos cursos de educação superior indicam avanços importantes, embora mais de modo pontual, e, ainda, observam uma contradição quando considerados os indicadores de qualidade das diretrizes de avaliação parametrizados, pelos índices reducionistas de desempenho dos estudantes nos exames nacionais de curso, levando a produção de textos, discursos e práticas conflitantes.

Ana Rita Faria, Pedro Guilherme Rocha dos Reis e Maria Helena Peralta analisam os *Impactos da formação de pós-graduação dos professores em escolas portuguesas* de Ensino Básico e Secundário em dois agrupamentos escolares, buscando compreender as percepções sobre a melhoria do desempenho profissional, das escolas e, em última instância, das aprendizagens dos alunos. O estudo realizado, de natureza qualitativa e situado num paradigma de investigação interpretativo, buscou conhecer e analisar o impacto da formação de pós-graduação *stricto sensu* situado em três níveis de ação profissional, na sala de aula, na escola e nas práticas investigativas e educativas e, ainda, com base nos dados acrescentam um quarto nível, o de efeitos pessoais. Os autores a partir do estudo realizado apresentam várias sugestões para um melhor aproveitamento da formação, entre as quais maior proximidade das universidades com as escolas.

O texto *Cotas raciais na Universidade brasileira e a ideologia da meritocracia*, de autoria de Maurício da Silva, analisa a contribuição desta política para o combate da discriminação. Defende a necessidade de uma sociedade na qual se contemple o princípio do pluralismo e da diversidade e para o qual considera necessárias as ações afirmativas, de modo a ampliar o acesso e a permanência do contingente afrodescendente nas universidades brasileiras. Argumenta a favor do combate da meritocracia e sua relação com a responsabilização dos indivíduos que, na concepção neoliberal, perpassa as relações sociais na sociedade atual. Para tanto, defende as cotas raciais, pois considera que estas contribuem para desarticular a lógica da exclusão e busca demonstrar a importância da intervenção docente para romper com “as estruturas discricionárias e preconceituosas historicamente forçadas” na trajetória escolar dos estudantes.

No texto *Políticas de acesso à educação superior e ao trabalho: a formação em questão* as autoras Maria Lourdes Gisi, Gisele do Rocio Cordeiro e Angela Maria Sugamoto Westphal, analisam a relação das políticas educacionais com os requisitos da sociedade atual em relação ao processo formativo. Tais requisitos são considerados em um contexto fortemente vinculado ao desenvolvimento econômico, na tentativa de adequar o processo de formação, tão somente, aos requisitos do mercado. Apresentam a configuração do trabalho no país, evidenciando as transformações que ocorreram na organização do trabalho em âmbito global, as quais tiveram profundos impactos para o acesso dos jovens ao trabalho. A partir da pesquisa realizada com docentes da educação superior, analisam perspectivas do processo de formação considerando a articulação teórico/prática, a interdisciplinaridade, o domínio de conhecimentos técnico-científicos, e a responsabilidade social.

Sirley Terezinha Filipak e Eduardo Felipe Hannerich Pacheco buscam analisar, no texto *A democratização do acesso à educação superior no Brasil*, com base na atual configuração da educação superior, o processo de democratização da educação superior no Brasil, contrapondo os dados do Censo da Educação Superior com o proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Demonstram que as políticas de acesso não têm conseguido alcançar taxas de matrícula superiores em razão da

elitização histórica da educação superior no país. Consideram que, além da necessidade de expansão do acesso, ainda são necessárias políticas que possam minimizar a evasão, pois a permanência de muitos estudantes não tem sido possível, interrompendo o processo educativo. Para os autores, o acesso e a permanência na educação superior são fundamentais para a construção da cidadania, mas para tanto se faz necessário superar a lógica mercantilista que vem influenciando as políticas educacionais para a educação superior.

A segunda parte da Revista, dedicada aos artigos de demanda contínua, trata de temas igualmente relevantes para a área educacional.

No primeiro deles, o professor Benoît Raveleau, da Université Catholique de l'Ouest, com base nos vinte anos de orientação de trabalhos de mestrado e doutorado em Ciências Humanas e Sociais, em *Former à la méthodologie de la recherche en sciences humaines et sociales : le cas des masters universitaires français*, discorre sobre os desafios da formação por meio da pesquisa nos programas de mestrado, discutindo os métodos utilizados para desenvolver habilidades de pesquisa nos estudantes e as principais dificuldades encontradas por eles.

Juares da Silva Thiesen, em *O currículo escolar e o fim das utopias pedagógicas: distopia ou reposicionamento de apostas?* analisa a relação entre currículo, utopia e futuro, a partir de referenciais presentes em abordagens do pensamento fundacional e pós-fundacional, matrizes teóricas que provocam significativos embates nas ciências humanas em geral e na educação em particular. Para tanto, apresenta elementos das utopias pedagógicas que marcaram a modernidade pela hegemonia do pensamento fundacional e o lugar do currículo nesse cenário. Defende, por último, que a atual sociedade burguesa vive tempos de acentuado fundacionismo, tanto no âmbito das políticas educacionais e curriculares, quanto nas formas de avaliação dos resultados da aprendizagem escolar e que não há, portanto, evidências de distopia pedagógica.

Em *Algumas considerações sobre formação de professores e o habitus docente*, Adriane Knoblauch, Giselly C. Mondardo e Luciane Ap. M. Capponi trazem considerações do pensamento de Pierre Bourdieu para os

estudos sobre formação de professores, profissionalização e constituição da docência. Ressaltam que conceber a docência como fruto da trajetória social a partir de disposições híbridas de *habitus* pode se constituir em ferramenta importante para atuação em cursos de formação docente e na elaboração de políticas públicas educacionais.

Na sequência de artigos, *Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão*, de Ocimar Munhoz Alavarse, Cristiane Machado e Paulo Henrique Arcas, busca identificar os conhecimentos que são necessários para que os professores explorem o potencial dos resultados das avaliações externas, na perspectiva de ampliação da qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Destaca que entender os resultados dessas avaliações significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas como possibilidade de associá-los às mudanças essenciais da escola pública.

A autora Maria Iolanda Monteiro, em *A formação docente e o ensino de História e Geografia no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental*, tem por finalidade compreender as dificuldades sobre o ensino e o conteúdo de História e Geografia. O estudo possibilita definir diretrizes para as políticas públicas de formação de professores, como valorização das áreas de História e Geografia, apropriação de seus conteúdos escolares e desenvolvimento de um estilo de ensino para o trabalho interdisciplinar.

Encerra este número da Diálogo Educacional a entrevista realizada pela professora Cristina D'Ávila com o renomado sociólogo Michel Maffesoli, intitulada *Educação como processo de iniciação: por uma didática raciovitalista no contexto da pós-modernidade*, teoria desenvolvida pelo ilustre entrevistado no livro "Elogio da razão sensível".

Agradecendo aos autores que colaboraram para que esta edição se concretizasse e desejamos, a todos, boa leitura.

Profª Drª Maria Lourdes Gisi
Profª Drª Sirley Terezinha Filipak
Profª Drª Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira